

Teoria e prática

Experiência Compartilhada -
Jardim Sayonara -
Campo Grande-MS



Performances comunitárias e vieses teóricos sobre *potencialidades de participação* no Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – em ótica de Desenvolvimento Local

*Communitary performances and theoretical points of view about *potentialities of participation* at Jardim Sayonara – Campo Grande-MS – under a perspective of Local Development*

Performances communautaires et points de vue théoriques sur des potentiels de participation au Jardin Sayonara – Campo Grande-MS – en perspective de Développement Local

Performances comunitárias y sesgos teóricos sobre potencialidades de participación en Jardin Sayonara – Campo Grande-MS – en perspectiva de Desarrollo Local

Ione de Souza Coelho*
Vicente Fideles de Ávila**

Aceite

Resumo: Esta matéria se refere à pesquisa, norteada por critérios fenomenológicos básicos da pesquisa qualitativo-descritiva, realizada no Jardim Sayonara de Campo Grande-MS, ao longo do biênio 2005-06, com o objetivo de identificar e analisar potencialidades de participação, nessa territorialidade, compatíveis com implementação de Desenvolvimento Local. Neste texto, as abordagens não apenas se voltam sobre as principais ênfases dessa pesquisa, como também acrescentam observações teóricas e interpretativas, destacando, além de esclarecimentos introdutórios (item 1): contexto de territorialidade do Jardim Sayonara (item 2); relação entre vieses teóricos, informações e performances de participação (item 3); três importantes ponderações decorrentes, com explicitação de aspectos teóricos básicos implicados em dinâmicas de comunitarização para DL (item 4); e destaques rememorativo-conclusivos (item 5).

Palavras-chave: Potencialidades de participação. Desenvolvimento Local. Fenomenologia comunitária. Comunitarização em Desenvolvimento Local.

Abstract: This paper presents and discusses a descriptive-qualitative phenomenological research conducted at the Sayonara Garden, a neighbourhood of the city of Campo Grande-MS, from 2005 to 2006, aiming at identify and analyse potentialities of participation, inside this territoriality, compatible with the implementation of local development. This text enlarges the discussion of the original research, thus pointing to (1st) some introductory informations; (2nd) the context of territoriality of Sayonara Garden; (3rd) relationship between theoretical views, informations and performances of participation; (4th) three important considerations that follow, developing basic theoretical aspects implied in comunitarization dynamics to Local Development; and, finally, (5th) some final summary conclusions.

Keywords: Potentialities of participation. Local Development. Communitary phenomenology. Comunitarization in Local Development.

Résumé: Cet article concerne à une recherche guidée par des critères phénoménologiques essentiels de la recherche qualitative-descrptive, qui a eu lieu au Jardin Sayonara, un quartier de Campo Grande-MS, pendant les années 2005 et 2006, avec l'objectif d'identifier et analyser des potentiels de participation, dans cette territorialité, compatibles avec la mise en oeuvre du Développement Local. Dans ce text, les approches ne se reviennent pas seulement aux principaux emphases de cette recherche, ainsi qu'ajoutent des remarques théoriques et interpretatives, en mettant l'accent, en plus d'éclaircissements introductives (section 1), sur les autres suivantes sections: contexte de territorialité du Jardin Sayonara (2); rapport entre vues théoriques, informations et des performances de participation (3); trois importantes pondérations conséquentes, avec l'explicitation d'aspects théoriques essentiels, impliqués en dynamiques de communauté pour Développement Local (4); et remarques de remises conclusives (5).

Mots-clés: Potentiels de participation. Développement Local. Phénoménologie communautaire. Communauté en Développement Local.

* Graduada em Serviço Social e Mestre em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS; Assistente Social concursada do Município de Campo Grande-MS; ex-Superintendente da Política de Assistência Social na Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS/MS); atual Gerente de Unidade Básica de Saúde da Família, da Secretaria Municipal de Saúde Pública; e docente da disciplina Política Social II no curso de Graduação em Serviço Social da UCDB. E-mail: ione.c@terra.com.br

** Doutor em Políticas e Programação do Desenvolvimento pela Université de Paris I/Panthéon-Sorbonne/França; professor aposentado da UFMS; atual docente das disciplinas Teoria do Desenvolvimento Local (obrigatória) e Desenvolvimento Local, Comunidade e Comunitarização (optativa) no Programa de Pós-Graduação-Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS; e Coordenador do Projeto de Pesquisa "Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local", vinculado ao referido Programa e cadastrado no CNPq. E-mail: fideles@ucdb.br.

Resumen: Esta materia se refiere a la pesquisa conducida por criterios fenomenológicos básicos de pesquisa cualitativo-descriptiva, realizada en Jardim Sayonara de Campo Grande-MS, durante los años 2005 y 2006, con el objetivo de identificar y analizar potencialidades de participación en esta territorialidad, compatibles con implementación de Desarrollo Local. En este texto, los abordajes no solamente se vuelven sobre los principales énfasis de esta pesquisa, como también añaden observaciones teóricas e interpretativas, destacando, además de aclaraciones introductorias (artículo 1); contexto de territorialidad del Jardim Sayonara (art. 2); relación entre sesgos teóricos, informaciones y performances de participación (art. 3); tres importantes ponderaciones consecuentes, con explicitación de aspectos teóricos básicos implicados en dinámicas de comunitarización para Desarrollo Local (art. 4); y destaques rememorativo-conclusivos (art. 5).

Palabras clave: Potencialidades de participación. Desarrollo Local. Fenomenologia comunitária. Comunitarización en Desarrollo Local.

Introdução

A presente matéria se relaciona com a efetiva dinâmica de atuação compartilhada no Grupo de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma de Desenvolvimento Local”, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, vinculado ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB.

Pretendeu-se, pela pesquisa a que esta matéria se refere, conhecer e analisar tipos e potencialidades de participação na territorialidade do Jardim Sayonara, à frente detalhadamente descrito, na ótica do Desenvolvimento Local (DL).

A investigação se pautou por procedimentos de Pesquisa Qualitativo-Descritiva, com **visitas in loco, observações, registros, Análise de Conteúdos, interpretações e classificações de fatos**. Isso também requereu aplicação de formulário e entrevistas semi-estruturadas, gravadas e transcritas. A análise foi baseada na realidade estudada e consubstanciada no que se refere à visão de mundo e interações dos pesquisados, tanto quanto possível nos prismas, por um lado, de abordagens fenomenológicas (retro-prospectivas) e, por outro, de referências lógico-teóricas do DL. Isso, em virtude de que, segundo Masini (1999, p. 66), “[...] o enfoque fenomenológico constitui-se, pois, como etapas de compreensão e interpretação do fenômeno, que pode ser retomado e visto sob nova interpretação”.

As interpretações finais dos resultados envolveram discussões com as principais lideranças e representações do universo populacional focado, que também participaram da inicial coleta de dados e informações, obtidos pelos procedimentos acima mencio-

nados. Tais discussões fizeram com que paulatinamente a metodologia se evoluísse até para a de *pesquisa-participante*, vez que as próprias lógicas e significações concludentes desses resultados também contaram com o envolvimento dos pesquisados, principalmente no que respeita a “Análise de Discursos”. Até mesmo os primeiros esboços de conclusões finais foram submetidos a reuniões de discussão (sobre fidelidade aos fatos observados ou interpretados) com representantes da população.

Essas maneiras procedimentais ampliaram relações, por um lado, entre **teoria e prática**, em termos de Desenvolvimento Local *versus* performances comunitárias, e, por outro, também entre “comunidade” pesquisada e pesquisadores, considerando *pesquisadora-vanguarda* a co-autora – desta matéria – Ione de Souza Coelho (quando ainda Mestranda do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, de Campo Grande-MS) e *pesquisador-reta-guarda* o Prof. Dr. Vicente Fideles de Ávila, que, nas simultâneas condições de seu Orientador e Coordenador do Projeto de Pesquisa mencionado no parágrafo inicial desta Introdução, não só acompanhou como também partilhou de todos os passos da pesquisa, do projeto original aos últimos acabamentos para a defesa da concernente Dissertação (cf. COELHO, 2006).

Aliás, importa notar que a partilha co-autoral nesta matéria se tornou de relevada importância, porque as contribuições de ambos se intercomplementaram para ampliação e aprofundamento da supra-referida relação entre **teoria e prática**. Quer-se dizer, pois, que, ao longo da elaboração desta matéria, a co-autora (enquanto *pesquisadora-vanguarda*) se esmerou em trazer à tona

dados e informações de coletas formais e convivenciais da “comunidade” pesquisada. E o co-autor, na supramencionada condição de *pesquisador-reta-guarda* e também como responsável docente pela disciplina *Teoria do Desenvolvimento Local* no aludido Mestrado da UCDB, orientou seus esforços mais para o foco da **relação entre performances comunitárias e vieses teóricos**, relação esta enfaticamente frisada já no título geral que encabeça a presente matéria.

As amostragens dos membros da “comunidade”, que participaram da pesquisa, se constituíram de: 20 (vinte) moradores antigos; 14 (quatorze) principais lideranças indicadas pelos moradores; 3 (três) agentes internos, que atuaram intensamente para a formação e organização da comunidade, sobretudo nas primeiras iniciativas de organização formal da Associação de Moradores, do Clube de Mães e da cata de lixo reciclável; e 3 (três) agentes externos de alguma forma influentes na dinamicidade do bairro. Aliás, o princípio metodológico que norteou a opção por todos os membros dessas amostragens foi o do respectivo reconhecimento comunitário, captado inclusive mediante prévias reuniões com várias outras pessoas de comunidade.

A coleta de informações junto aos membros das amostragens assim se procedeu: as 14 (quatorze) principais lideranças, abordadas pessoalmente pela Pesquisadora, forneceram respostas a 20 (vinte) questões de um formulário-base-comum e os outros 6 (seis) – dos quais 3 (três) agentes internos e mais 3 (três) agentes externos – concederam entrevistas semi-estruturadas, gravadas em tempo real e posteriormente grafadas em texto. Constituem-se apêndices, da supramencionada Dissertação, tanto o aludido formulário quanto o roteiro das entrevistas e suas transcrições textuais. Depois de processadas as informações (colhidas através de formulário e entrevistas), os resultados aí apurados foram discutidos com representações de todas as referidas amostragens, por sistemática de **reuniões-para-discussões** e não mais de instrumentos coletores. Isso quer dizer, pois, que as interpretações de resultados comunitários da pesquisa – inclusive as focadas à frente – se enriqueceram, sobremaneira, ao extrapolar os horizontes estritamente pes-

soais da Pesquisadora (com seu Orientador) e se tornarem expressões também dessas representações de intenso convívio com a “comunidade” Sayonara.

Observa-se, ainda, que as próximas seções deste trabalho se constituem de: contexto de **territorialidade** do Jardim Sayonara (item 2); **potencialidades de participação** comunitária nas óticas das lideranças e dos agentes internos e externos (item 3); três importantes **ponderações resultantes** (subitens 4.1, 4.2 e 4.3); e **destaques** rememorativo-conclusivos (item 5).

1 Contexto de *territorialidade* do Jardim Sayonara

O Jardim Sayonara, surgido por volta do ano de 1987, se localiza na região oeste da cidade de Campo Grande-MS, a cerca de sete quilômetros do centro, tendo como bairros limítrofes: Jardim Aeroporto, Vila Popular, Jardim das Reginas, Silvia Regina, Ana Maria do Couto, Jardim do Zé Pereira e Nova Campo Grande.

Situa-se na Região Urbana do Imbirussu, nas proximidades tanto do Aeroporto Internacional “Antonio João”, quanto de instalações industriais, de distribuidoras de petróleo e dos Córregos Serradinho e Imbirussu, às margens dos quais se encontra significativa área de mata ciliar, com aproximadamente sessenta hectares.

Desde o início, o Jardim Sayonara resultou de movimento migratório, após a transformação do município de Campo Grande em capital do Estado (desmembrado do Estado de Mato Grosso em 1977), à taxa média de crescimento anual de 7,6% entre 1970 e 1980. Posteriormente, também continuou a manter médias relativamente elevadas de crescimento populacional, fato que ocasionou alterações em seu perímetro urbano, apesar da significativa existência de espaços vazios.

A origem desse bairro se relaciona, por um lado, com o Movimento de “*Moradores Sem Teto*”, originários do interior do Estado de Mato Grosso do Sul, que vieram à capital com a esperança de melhores condições de vida, de tratamento médico e de escolas para seus familiares; por outro, a ocupação de terras urbanas naquela área contou com

apoio de religiosos, por se tratar de pessoas que não dispunham de poder aquisitivo para a compra de terreno ou casa, mas dependiam de aluguel ou acolhimento por familiares e amigos. Esse apoio muito contribuiu para a organização e efetivação da referida **ocupação (por invasão de área urbana)**. Portanto, a busca de lugar para se estabelecer constituiu o principal fator para a definitiva consolidação de ocupação territorial do bairro.

Quanto ao nome **Sayonara**, antigos moradores explicaram que uma família japonesa era a proprietária da área e, a partir da sua convivência com os demais ocupantes, tornou-se hábito se despedirem usando a expressão japonesa **sayonará (adeus, até logo)**. Em seguida, todo o bairro passou a se denominar **Jardim Sayonara**.

O Jardim Sayonara é, pois, uma área urbano-periférica com lotes irregulares, mas hoje geo-referenciados pelo município e cadastrados pela Empresa Municipal de Habitação-EMHA, da Prefeitura de Campo Grande-MS. A quantidade de moradias é de aproximadamente 406 residências, sendo que, desse total, 107 famílias passaram pela frustrante experiência de remoção do local, no final de 2006, conforme observação mais detalhada no final do subitem 4.3.

Mas, à época inicial da ocupação da área (1987 aproximadamente), as famílias se expunham (e viviam de fato) a **grave situação de risco social**, caracterizada por efetivos enfrentamentos, para efeito de rompimento dos ciclos-viciosos da pobreza, a começar pela total falta de condições habitacionais. Todavia, e em verdade, acabaram saindo de uma e passando para outra situação de risco. Isto, em razão de que a ocupação das margens do Córrego Serradinho logo exigiu novas e rápidas formas de intervenção como solução social, pois a população aí residente se tornou alvo exposto a ambientes de riscos e ameaças, canalizados pelo córrego, mas resultantes dos excessos da “moderna” sociedade de produção industrial. E a convivência com tais excessos pode levar à “distorcida” generalização da percepção, segundo Beck (1997), de se começar a focar todo “[...] o mundo como um risco [...]” ao invés de apenas se identificarem os “[...] riscos do mundo [...]”. Portanto, a trajetória dessas famílias ocupantes foi marcada,

ainda na década de 1980, por diferentes etapas de conflitos com o Poder Público municipal, desde a ocupação e demarcação territorial até a posse e controle do espaço.

Na seqüência, são rapidamente comentadas as seguintes **três dimensões territoriais do Jardim Sayonara**: a **econômica**; a de **ambientes construídos de uso coletivo**; e a do **ambiente natural**.

Começando pela **dimensão econômica**, de início se observa que o bairro todo se configura como exposto a grande situação de marginalidade e de exclusão social, visto que a maior parte dos moradores ainda sobrevive de atividades econômicas informais, dentre elas predominando os pequenos serviços urbanos e as atividades relacionadas à coleta e prensa de lixo urbano.

Quanto à diversificação de estabelecimentos e à geração de empregos, as atividades mais usuais são: prestação de serviços mecânicos de motocicletas; consertos de bicicletas (bicicletaria); transporte com carroça (carroceiros); encomendas de salgados (salgadeiras); cabelereiras; bares; padarias; ambulantes; venda de cosméticos; serviço de tapeçaria; e comércio em feira livre.

No tocante a **ambientes construídos de uso coletivo**, envolvendo infra-estrutura física e serviços coletivos, o Jardim Sayonara reproduz as formas periférico-territoriais da grande maioria das cidades brasileiras. Em outros termos, o próprio ambiente geofísico tende a reproduzir e a expor toda a comunidade a riscos cada vez maiores, tanto de exclusão social quanto de agravamento de estados de carências, se comparado a ambientes estruturados nas áreas urbanas mais centrais ou que abriguem segmentos sociais mais privilegiados.

Grande parte do que já foi construído como infra-estrutura física, e de serviços, resulta de conquistas da comunidade local e do **“Programa de Urbanização de Áreas Periféricas”** da Prefeitura Municipal, cujo objetivo principal tem sido o de inserir os bairros na trama das principais vias de circulação da cidade. Os maiores problemas sempre se referem a infra-estruturas de saneamento básico (esgotos), serviço postal e inclusão digital.

Até mesmo no que concerne às atividades econômicas e sociais anteriormente men-

cionadas, o Jardim Sayonara já conta com apoio de **ambientes construídos de uso coletivo**, como nos casos das três Igrejas (uma Católica e duas Evangélicas) lá existentes, de um Centro Comunitário (com a finalidade de capacitação e geração de renda) e de um Centro de Educação Infantil.

A sede da Associação de Moradores do Jardim Sayonara também é utilizada no período noturno, oferecendo aulas do Programa de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e implementado pelo Projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos-MOVA-MS. Os Ensinos Fundamental e Médio são prestados por escolas localizadas nos bairros próximos (Vila Eliane e Vila Popular), por não existir escola instalada no local.

Os serviços de saúde pública são realizados pela Unidade Básica de Saúde “Dra. Eleonora Moura Quevedo Gomes” e pela Policlínica Odontológica, ambos localizados na Vila Sílvia Regina, a aproximadamente um quilômetro do Jardim Sayonara. E a Assistência Social é prestada à população pela Unidade Descentralizada de Assistência Social (UNIDAS) “Valéria L. da Silva” e pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) “Albino Coimbra Filho”, respectivamente localizados nos bairros Vila Popular e Jardim Aeroporto.

As ruas são utilizadas para atividades de cultura, esporte e lazer. Há parceria com a Igreja Católica local, que permite o uso de área livre para a prática esportiva de futebol. As demais atividades de esporte e lazer realizadas se limitam a diversões com pipas, torneios de vôlei, jogo de tacos com garrafas-pet, passeios de bicicleta e jogo de sinuca nos bares.

No quesito urbanização e pavimentação, o Jardim Sayonara tem a rua principal pavimentada com asfalto, contendo guias, coletores de águas pluviais e desvios de águas para evitar a erosão do solo. Nas paradas de ônibus, há coberturas (com pisos cimentados) de proteção contra chuva e sol.

O **ambiente natural** da região urbana do Jardim Sayonara se caracteriza principalmente pelo buritizal existente no local, ao longo das margens dos Córregos Serradinho e Imbirussu, destacado ponto de repouso e moradia de tucanos e araras.

A presença de espécies remanescentes da vegetação nativa, às margens dos referidos córregos, pode ser vista como potencialidade para a produção de manufaturados, portanto de geração de emprego e renda, a exemplo de trabalhos já produzidos através da Incubadora Municipal “Zé Pereira”.

2 *Potencialidades de participação no Jardim Sayonara*

Circunstanciado pelo cenário de fundo do anterior item 2, a continuidade do presente estudo se encaminhou para a busca de subsídios, junto a lideranças e agentes tanto internos quanto externos dessa “comunidade”, sobre **potencialidades de participação compatível com Desenvolvimento Local**.

Para tanto, a tônica do **sentido teórico de participação** consistiu em que:

a) Segundo Bordenave (1994, p. 22),

“[...] participação é fazer parte, tomar parte e ter parte, que é próprio da natureza do homem, tendo acompanhado sua evolução desde as tribos e os clãs dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje, que se assemelha à democracia participativa”.

b) E no entender dos autores Ávila, Campos, Rosa, Ferro e Paulitish (2001, p. 67-69):

b.1) [...] o *agente de desenvolvimento local* de fato *age*, [...] trabalhando e influenciando para que a comunidade mesma desabroche capacidades, competências e habilidades de desenvolvimento, sem a imediatista pretensão de querer levar o desenvolvimento *para* a comunidade ou de querer erigir iniciativas desenvolvimentistas *na* comunidade, que não fluam de seu real estágio de cultura, condições e política de progresso coletivo.

b.2) “(...) o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento – a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus status quo de vida – das capacidades, competências e habilidades de uma ‘comunidade definida’ (portanto com interesses comuns e situada em (...) espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica), no sentido de ela mesma – mediante ativa colaboração de agentes externos e internos- incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a agenciar (discernindo e assumindo

dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentem mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios – ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade –, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito

As distinções entre Desenvolvimento **No** Local (DNL), Desenvolvimento **Para o** Local (DPL) e **Desenvolvimento Local** (DL) foram detalhadamente explicitadas por Ávila em seu livro *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local* (2006, p. 70-100).

Ora, a significação de **participação** se evolui do sentido geral, focado por Bordenave, para performance muito mais intensa, interativa e compromissada no âmbito do Desenvolvimento Local (DL), pelas abordagens de Ávila, Campos, Rosa, Ferro e Paulitish (2001, supra), no que respeita tanto ao seu “núcleo conceitual” quanto às maneiras de atuar dos Agentes de Desenvolvimento Local (DL).

Isso (ênfata Ávila, também na condição de co-autor desta matéria), em virtude de que o **Desenvolvimento Local se respalda e flui de constante processo formativo-comunitário da cultura solidariamente interativo-constructiva** (em termos de idéias, de descoberta e aproveitamento de condições-e-potencialidades, de iniciativas, de planejamento e ação, e assim por diante), constituída por constantes **somas de fragmentos** (referentes a capacidades e condições tanto reais quanto potenciais de **gregarização e solidarização**, fenômenos estes retomados em 4.3, à frente), visceralmente contrárias a qualquer tipo de coletivização uniformizada.

Trata-se, pois, de **somas de fragmentos**: a) tanto coletivos quanto individuais; b) tanto explícitos quanto latentes; c) quer existentes quer emergentes no/do seio da própria comunidade-localidade visada; d) tanto disponíveis quanto possíveis a partir de outras alçadas e

instâncias externas; e) desde que – e sempre – tais somas contribuam para que cada comunidade-localidade se torne paulatino-processualmente **sujeito/a** de seus específicos e peculiares rumos e meios de desenvolvimento, naturalmente com a indispensável parceria contributiva da ajuda formativa de agências e agentes externos, públicos e privados.

Aliás, é o próprio Ávila que caracteriza a supramencionada intensidade diferenciadora de **participação** em política e estratégia de desenvolvimento comunitário-local, distinguindo – como já aludido acima – **Desenvolvimento Local** (DL = de dentro para fora e de baixo para cima de cada comunidade-localidade) de Desenvolvimento **No** Local (DNL = aquele levado de fora para dentro e de cima para baixo da respectiva comunidade-localidade), mesmo que neste último caso se argumente que foi levado, mas *com a participação da comunidade* visada. Em relação ao **entendimento de participação**, nesses dois casos (1º = DNL ou DPL e 2º = DL) o seguinte texto do autor é direto, auto-explicativo e reforça a citação em b.1, lá no começo deste item 3:

No primeiro caso, os agentes externos são os promotores do desenvolvimento e a comunidade apenas se envolve participando. No segundo, a própria comunidade assume o agenciamento do seu desenvolvimento e os agentes externos são os que se envolvem participando, inclusive no sentido de “combustíveis” e “baterias” que acionam o “motor da comunidade” para que ela mesma pouco a pouco se torne capaz de tracionar o progresso de suas condições e qualidade de vida, sob todos os pontos de vista (social, econômico, cultural, etc.), inclusive no que se refere à contínua atração e metabolização de contribuições exógenas alimentadoras. (ÁVILA, 2000a, p. 69).

E aqui, uma vez mais na condição de co-autor, Ávila continua a enfatizar a **peculiar intensidade do sentido de participação no contexto do Desenvolvimento Local**. Ou seja, ele coteja o **sentido geral (e corrente) de participação** – transcrito anteriormente à **letra b** – com o da última citação e observa que, **no Desenvolvimento Local, inverte-se a relação sobre quem-participa-em/de-quê**, isto é: 1º, **do ponto de vista do primeiro sentido** (o de Bordenave), **as comunidades-localidades é que participam**

das iniciativas de agências e agentes externos; 2º, **no Desenvolvimento Local (DL), são as agências e os agentes externos que progressivamente se tornam participantes** das iniciativas de cada comunidade-localidade em processo de auto-efetivação como **sujeito/a** de seus rumos e dinâmicas de desenvolvimento em escala local.

Enfatizando a supramencionada inversão, Ávila acrescenta que o **1º sentido** – acima- **de participação** se respalda no fato histórico de que praticamente todas/os as/os vigentes teorias, políticas, iniciativas, programas e projetos de desenvolvimento direcionados a comunidades-localidades concretas, no Brasil e mundo afora, sempre as visaram (e ainda visam), assim como as trataram (e ainda tratam), como **meros-objetos de desenvolvimento**. Nesse contexto, pois, são as COMUNIDADES QUE PARTICIPAM de programas, projetos e iniciativas externos. E o pior é que, na esmagadora maioria das ocorrências de comunidades-localidades visadas como **objeto-de-desenvolvimento**, tais participações acabam sendo manipuladas e reduzidas muito mais a perversos mecanismos legitimadores da intervenção externa que real e verdadeiro auto-envolvimento gerador de auto-engajamento comunitário-local.

Então, e em relação ao **2º sentido** (também supra), Ávila continua enfatizando que, ao se avançar o processo de implementação do Desenvolvimento Local (tal como conceituado em **b.2**, no início deste item 3): por um lado, a cada comunidade-localidade em dinâmica de DL cabe – de direito e fato – a progressiva, porém inalienável, incumbência de se posicionar como **sujeito/a** do seu próprio processo de autodesenvolvimento; por outro, há que se entender que o primeiro, principal e necessário papel de qualquer participação externa em processo de DL tem de se constituir essencialmente como contribuição maiêutico-indutiva (para formação e emersão de capacidades, competências e habilidades), visando a que cada comunidade-localidade de fato conquiste e exercite justamente as qualidades humanas, sociais, econômicas e operacionais requeridas para se **evoluir da condição de mero-objeto para a de efetivo-sujeito** da sua dinâmica de desenvolvimento.

Mas, retomando o enunciado deste item 3, a maior expressão de **potencialidades**

de participação dos líderes locais pesquisados se concentra (53%) em participação (“comunitária”, “religiosa” e “em associação de pais e mestres”), imediatamente seguida por “participações em Conselhos Municipais” (36%). Isso enseja a impressão de que, e de alguma forma, essas **participações** podem significar pelo menos certa maneira de interlocução das concernentes lideranças nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas para a localidade.

No campo das potencialidades de participação, como cooperação associativa real, detectou-se que apenas 4% dos 14 entrevistados afirmaram fazer parte de cooperativa e 7% participavam de “[...] associações cooperativas nas áreas de reciclagem de lixo urbano e grupo de produção de tapetes em retalho”.

No entanto, quando os líderes foram inquiridos se a **participação social** havia despertado seus interesses por questões ligadas ao exercício da cidadania, 57% afirmaram, primeiro, que participavam dos movimentos da comunidade, em busca de desenvolvimento, e, segundo, tais participações muito ampliaram suas atenções para o significado real de **cidadania**.

Aliás, esses mesmos líderes enfatizaram que a **solidariedade** (ou mais adequadamente **gregariedade**, de acordo com as ponderações do subitem 4.3, à frente) entre moradores do Jardim Sayonara é uma das **potencialidades mais presentes** na comunidade, apesar de sua concretização só se materializar quase sempre por ocasião de necessidades emergenciais, a exemplo de quando ocorrem as enchentes nos córregos que margeiam o bairro. Mesmo assim, no tocante aos líderes formais e informais, as potencialidades de participação social ficaram bem evidenciadas.

Agora, e somando antigos moradores também consultados com os acima mencionados líderes formais e informais, **outra potencialidade de participação** detectada diz respeito ao compromisso que manifestam em relação à participação nas reuniões do Conselho Regional Urbano do Imbirussu, inclusive quando subsidia a elaboração do orçamento municipal. A maioria dos líderes pesquisados (61%) considerou produtiva, importante e motivadora a presença nas

reuniões desse Conselho e observou que este espaço de participação lhe possibilita efetivo controle social no âmbito do planejamento urbano do município. Mas vale registrar, também, que outros 27% dos pesquisados responderam sequer conhecerem a existência dos Conselhos Regionais Urbanos de Campo Grande-MS, deles apenas tomando conhecimento no momento da pesquisa.

Considerando reuniões também como formas de participação, 47% dos líderes disseram que realizam reuniões com periodicidade mensal para tratar de interesses coletivos, muito provavelmente ainda refletindo e remontando o próprio processo de constituição do Jardim Sayonara.

No Jardim Sayonara, os motivos que levaram os líderes a representarem a comunidade foram assim expressos: 35% por indicação dos próprios moradores; 29% por vontade própria e por amigos. Estes dois motivos permitem inferir que há proximidade entre os líderes e a maioria dos demais membros da comunidade.

O Desenvolvimento Local pressupõe que a **comunidade assuma (não apenas participe** em sentido geral, como referido atrás) os diferentes processos vivenciados, para que busque a melhoria de vida de seus componentes, vez que tal ato de assumir acontece entre os integrantes enquanto agenciadores do processo e não como meros expectadores. E essa conotação de **agentes de processo** se revelou de modo bem perceptível nos depoimentos dos agentes internos e externos, durante as entrevistas com eles realizadas.

Os agentes internos enfatizaram os seguintes aspectos reveladores de interatividade: união dos moradores (todos); importância dos moradores antigos; presença nas reuniões; força da mobilização; formação das associações e entidades comunitárias; sentimento de pertença; relações com vizinhança; reivindicações e suas conquistas; contatos; visitas; e a **solidariedade** ou **gregariedade** (cf. 4.3) como pano de fundo.

Os números [§19], [§21], [§24] e [§28] dos próximos parágrafos – deste item 3 – são assim explicitados, porque – lá no final – os dois últimos Destaques do item 5 a eles se remetem.

[§19] Já os agentes externos enfatizaram estas outras iniciativas: mobilização da igreja na organização urbana; participação em parcerias na localidade; contatos; diálogos; espaços públicos para a Educação Infantil; formação e construção do Centro Comunitário; existência e fomento dos Conselhos Regionais Urbanos; interlocução com o poder público, preferencialmente no próprio local; papel das diretorias da Associação de Moradores e Clube de Mães; troca de informações e orientações; iniciativas de capacitação e geração de emprego e renda; e elaboração de projetos para elevação da qualidade de vida dos moradores da comunidade.

Com base em depoimentos e percepções junto aos agentes tanto internos quanto externos, foi possível inferir que a dinâmica de participação, naquela comunidade, se volta bastante para as perspectivas da cidadania e da democratização da gestão local. Esta interpretação condiz inclusive com as sinalizações dos depoimentos no sentido de já existirem, na comunidade, fatores tão importantes como: fortalecimento do controle social (por meio do concernente Conselho Regional Urbano), assessoramentos técnicos, capacitação dos moradores e implementação de estratégias para mobilização da comunidade.

[§21] No entanto, cumpre ressaltar que as iniciativas de participação e desenvolvimento não aconteceram de um dia para outro: começaram aos poucos, isto é, conforme o ritmo da comunidade, pela paulatina conscientização dos seus membros de que as soluções dos problemas viriam fundamentalmente da união de todos. Mas, reitera-se, os passos iniciais foram dados por orientações de religiosos atuantes no bairro.

Deflagrou-se a ocupação da área pela população oriunda de várias localidades e, a cada chegada de uma família, seus espaços eram demarcados e negociados com aqueles que ali já haviam se fixado, promovendo paulatinamente a formação da comunidade. Portanto, o processo de evolução construtiva se deu em marcha contínua. A participação dos moradores foi acontecendo com base em diálogos, visitas e até enfrentamentos para permanência no local.

Por outra, as conquistas também contaram com parcerias externas além de religiosos, embora no começo os moradores tenham

lutado contra investidas para retirá-los da localidade. Em termos concretos, as ações internas e parcerias externas foram acontecendo conjuntamente com o surgimento de movimentos coletivos, principalmente os de criação da Associação de Moradores e do Clube de Mães. Houve, pois, mobilizações em busca de proteção contra a retirada dos moradores.

[§24] Em relação a isso, informou um agente interno, por ocasião daquelas entrevistas anteriormente mencionadas, que o então Prefeito Municipal (Dr. Juvêncio César da Fonseca) garantiu, durante recepção aos líderes locais, que todos os moradores “[...] ficassem tranquilos, pois ninguém os tiraria de lá”. Daí em diante, as coisas caminharam com base mais em reivindicações e negociações do que confronto, visto que, após seis meses da ocupação, postes de madeira para a energia elétrica foram instalados, seguidos de água encanada e, posteriormente, de visita a cada mês dos representantes da Prefeitura. Aliás, a sede da Associação de Moradores foi construída por doações de materiais e mutirão de mão-de-obra, demonstrando que a união e o fortalecimento do movimento comunitário de fato resultaram em conquistas.

Portanto, o que se apurou das opiniões dos agentes tanto internos quanto externos, em relação a **potencialidades de participação** da comunidade, para efeito de Desenvolvimento Local (independentemente de ciência por parte deles sobre o que de fato se entende por DL), se orientou para a capacidade de conquistas coletivo-interativas, como a do cultivo de boas relações de vizinhança e a do **construtivo exercício da gregriedade**, sobretudo por participação ativa em agremiações, dentre as quais se destacando a Associação de Moradores, o Clube de Mães e o Time de Futebol. Isso quer dizer, como se referiu atrás, que, desde o início de formação do bairro, seus habitantes não só começaram a descobrir endogenamente que a **união faz a força** como também dela aprenderam a fazer uso para ações, reivindicações e conquistas que permearam/ permeiam contínuos encaminhamentos de **comunitarização**, uns já concretizados e outros aí emergindo em fase de latência.

E, no intuito de concluir este item 3, outras quatro observações merecem especial destaque:

Primeira, a de que tal **processo de participação** (convergente para **comunitarização** em perspectiva de Desenvolvimento Local, mas ainda nos limites do **nível gregário de mobilização**, como explicita o subitem 4.3), foi marcado: a) por muitas dificuldades, superadas por esforços de consenso e comunhão de sentimentos, assim como da agregação construtiva de valores por parte tanto dos moradores quanto dos líderes e agentes internos da “comunidade”; e, b) por interatividades e investimentos de agências e/ou agentes externos (considerados em determinados depoimentos como conquistas do próprio bairro, porque de alguma forma também se constituíram itens de reivindicação comunitária), tais como os das instalações do Posto de Saúde, da rede de água, da rede de energia e do Centro de Educação Infantil.

[§28] **Segunda**, a mediação de agentes religiosos muito contribuiu para tal processo de **comunitarização**. De acordo com depoimentos dos líderes e agentes externos e várias alusões anteriores, os membros da Igreja Católica atuaram junto à população do bairro como semeadores e fomentadores dessa dinâmica de **comunitarização**, que é retomada no subitem 4.3 à frente.

Terceira, acentuada ênfase ao sentimento de vitória tanto dos líderes quanto de todos os moradores pela conquista da demarcação do território comunitário. De fato, a demarcação e posse desse território já confirma, hoje, a seguinte passagem, de Dias (1994, p. 124), no sentido de que: “[...] a existência de territórios definidos em comunidade pode ser constatada pelos espaços livres de vegetação, que são deixados em volta de barracos e pela distância entre os moradores”.

Quarta, e última, o **orgulho de ter parte, fazer parte, tomar parte** na construção do todo da “comunidade” do Jardim Sayonara, para se chegar ao que ela é agora, foi uma constante de todos os depoentes, ao se referirem: às ruas que surgiram dos movimentos urbanos; aos postes de luz que foram fincados um a um; à água chegando por meio de tubulações planejadas; à Educação Infantil tendo sede e se constituindo porta de descortínio para novos horizontes; ao transporte urbano com horários de ida e volta; ao asfalto substituindo o lamaçal; aos

estabelecimentos comerciais surgindo para atender às necessidades de consumo; à escola como porta de entrada de futuras novas perspectivas para crianças, jovens, adultos e idosos.

Enfim, a pesquisa de fato fez emergir a percepção de que todos os tipos e formas de **participação**, detectados na “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara, se apresentam como **potencialidades** no contexto do Desenvolvimento Local, mas – reitera-se – apenas **nos limites do nível gregário de mobilização**, conforme análise em 4.3.

Entretanto, há duas considerações a respeito dessa percepção: se, por um ângulo, a “**grande comunidade**” Sayonara ainda não galgou os degraus da efetiva evolução participativa em termo de Desenvolvimento Local (até porque essa população nunca tinha ouvido falar – direta e sistematicamente – sobre DL antes desta pesquisa), por outro, ela já percorreu caminhos básicos e gerou potencialidades, sobretudo associativo-construtivas (enfatizando-se: **mesmo que ainda só em nível gregário**) para caminhar na direção dos limites do nível solidário de mobilização, também requerido no processo de **comunitarização** para Desenvolvimento Local, analisado e enfatizado nos desdobramentos do próximo item.

3 Três importantes ponderações decorrentes

Qualquer análise sobre potencialidades de participação comunitária implica necessariamente conhecimento das reais performances fenomenológicas da comunidade estudada. E, no que respeita à “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara (portanto a do bairro como um todo), desvendou-se, pela pesquisa, que após dezenove anos de existência ou de 1987 a 2006, seus fluxos organizacionais e funcionais se tornaram positivamente mais complexos, como se vê imediatamente pelas seguintes ponderações decorrentes:

3.1 Sobre “comunidades menores” no seio da “grande comunidade” Sayonara

Como dito anteriormente, do constante aumento de complexidade e dinâmica dos

fluxos estruturais e funcionais da “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara, emergiram desdobramentos de organizações territoriais de menor amplitude, constituídos por agremiações aqui denominadas “**comunidades menores**”, tanto **formais** quanto **informais**. Mas o que de fato se constatou é que a dinâmica fenomenológico-sistêmica (tanto estrutural quanto funcional) da referida “**grande comunidade**”, também muito se plasmou e dinamiza através do próprio processo de articulação conjunta das ações de suas “**comunidades menores**”.

Trata-se, pois, de comunidades específicas ou agremiações diferenciadas, visando a interesses e necessidades coletivo-indivíduos quer no âmbito de toda “**grande comunidade**”, a exemplo da Associação de Moradores, quer no tocante a interesses ou necessidades típicas de cada uma das “**comunidades menores**”, no caso as **Agremiações Religiosas (uma Católica e duas Evangélicas)**, **o Clube de Mães**, **o time de futebol**, **as rodas e os encontros de conversas informais de jovens e mulheres**.

No que respeita à categorização de **comunidades formais e informais**, e por inspiração nos arcabouços lógicos pelos quais Tönnies (apud TIMASHEFF, 1965, p. 134-137) e Pierson (1968, 109-124) se referem a “**comunidade**” e “**sociedade**” (o primeiro até cunhando esses dois termos e Pierson tratando-os explicitamente como questões de Ecologia Humana), esclarece – a seguir – o já mencionado Ávila nesta co-autoria.

As comunidades formais contam com predomínio de vínculos dos relacionamentos secundários sobre os primários (ambos explicitados nos próximos parágrafos), portanto, de alguma forma já se aproximando das fronteiras configuracionais da categoria “**sociedade**” (**que se rege por forte predomínio dos relacionamentos secundários sobre os primários**).

Isto, sabendo-se que os vínculos de **relacionamentos secundários** são **implementados pelos vieses formais de regulação coletivo-societária**: a) tanto da regulação por participação ou adesão, quando as pessoas se envolvem na confecção dos mecanismos de interação-controlada que as abranjam ou pessoalmente a eles se aderem; b) quanto da **regulação corporativa**, pelo

critério dedutivo da pertença ou compulsória aplicação dos mecanismos interativos reguladores (direitos, deveres e outros) de determinada coletividade societária a todos os indivíduos por ela abrangidos, mesmo não havendo participação ou adesão pessoal.

Exemplo bem real de um viés de **regulação corporativa (por relacionamento secundário)** é o caso de todos os dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil (que é o mecanismo máximo de regulação no âmbito de todo o território e sociedade brasileira) abrangerem todos e quaisquer brasileiros natos e naturalizados (evidentemente após a consumação do processo de naturalização, porque a concretização desta implica necessariamente formal adesão aos respectivos termos). Seus dispositivos não só valeram para todos os brasileiros vivos à época de sua promulgação, como também continuam a valer automaticamente (pelo **corporativo critério de pertença à Nação**) para todas as sucessões de gerações brasileiras no seu oficial curso de vigência.

A mesma coisa acontece com outros mecanismos reguladores oficiais (isto é, se instituídos por instâncias ou competentes autoridades das sociedades a que se referem), como no caso de quaisquer leis com seus anexos (inclusive Constituições Estaduais, Leis Orgânicas Municipais, Código Civil, Código Penal, Código do Consumidor, e assim por diante), regimentos, regulamentos, contratos, portarias, resoluções, e similares, em seus respectivos universos de abrangên-

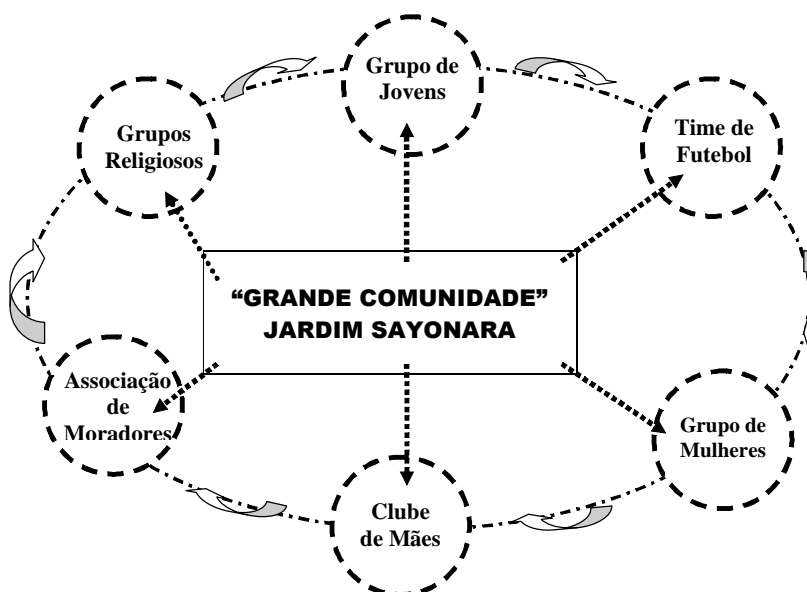
cia aplicativa.

No caso do Jardim Sayonara, **a Associação de Moradores, os Grupos Religiosos (organizados em torno de uma capela Católica e duas sedes Evangélicas) e o Clube de Mães se constituíram exemplos destacados de comunidades formais.**

Já as **comunidades informais** são aquelas que, não importando de que tamanho ou amplitude, **também contam com significativo predomínio de vínculos dos relacionamentos primários sobre os secundários.** Os **relacionamentos primários** se constituem vínculos relacionais espontâneos, contínuos ou fortuitos, formados por dinâmicos laços naturais de interatividade, portanto a partir das próprias cotidianidades de encontros e convivências das pessoas.

Por sua vez, tais vínculos relacionais acabam gerando e mantendo (às vezes até desfazendo) mutualidades de conhecimentos, simpatias, antipatias, convergências e divergências tanto entre as pessoas quanto entre elas e as respectivas ambiências (ou performances meio-ambientais) ao longo de todos os processos e raios das territorialidades de suas cotidianidades de convivências. **O Grupo de Jovens, o Time de Futebol e o Grupo de Mulheres foram exemplos de comunidades informais constados no Jardim Sayonara.**

Feitas tais considerações, a percepção visual do desdobramento da **“grande comunidade”** do Jardim Sayonara em **“comunidades menores”** é bem parecida com a que se segue:



Observadas as setas externas desta ilustração (indicativas de dinâmica no sentido relógio) e as setas pontilhadas de desdobramentos (direcionadas da “**grande comunidade**” para cada uma das “**comunidades menores**”, destacadas nos respectivos círculos pontilhados), o imaginário perceptivo que se descortina é o de que, à medida que as “**comunidades menores**” se formaram, também começaram a funcionar como espécies de, *pilares* de sustentação e *rolamentos* de sensibilização, mobilização e dinamização da “**grande comunidade**” Sayonara ou, mais especificamente, do seu processo de **comunitarização**, tal como ponderado em 4.3.

3.2 Sobre divergências-convergências dialéticas de participação no Jardim Sayonara

De início, Ávila esclarece – também nesta co-autoria – os **sentidos dialéticos de convergência e divergência**, considerados em todo o âmbito do Projeto de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” (mencionado na Introdução inicial). Não se conotam única e necessariamente como dinâmicas nem só positivo-apreciativas (convergências) ou apenas negativo-depreciativas (divergências), embora também haja ocasiões em que uma e/ou outra vertentes dessas conotações de fato aconteçam. No contexto geral aqui focado, constituem-se apenas referências de **polarização (convergência) e despolarização (divergência)** geradas e implementadas por não importa que tipo ou natureza de **relacionamentos, quer primários quer secundários**.

Por exemplo, ao se mudar de uma localidade para outra, qualquer pessoa se envolve até nas simultaneidades de recomposição das suas dinâmicas relacionais, pois, **convergindo-se (polarizando-se)** para a nova localidade, ao mesmo tempo e automaticamente estará se **divergindo (despolarizando)** em relação a todas as referências que estão sendo deixadas para trás. Então, **os termos divergir, divergindo, divergência, etc., têm, aqui, tanto os mesmos sentidos que teriam desconvergir, desconvergindo, desconvergência etc.** (se existissem no rol oficial de nosso vocabulário lingüístico),

quanto aquele significado de não-concordância também implicado nas variações semânticas do verbo divergir: “[...] afastar-se um do outro a partir de um ponto de partida comum; [...] não se combinar; discordar; [...] diferir na forma, caráter ou opinião [...]” (MICHAELIS, 1998, p. 742), questão esta retomada no quarto parágrafo à frente.

Ademais, a **lei newtoniana da atração universal**, segundo a qual **todos os corpos materiais se atraem mutuamente nas razões direta de suas massas e inversa do quadrado de suas distâncias** (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 88), também ajuda o entendimento sobre a **lógica simultaneamente convergente/divergente** dessas duas dinâmicas relacionais (**convergência e divergência**), mesmo não se constituindo corpos materiais. **Isso quer dizer que quaisquer convergências para novas referências-focais (ou estados de coisas) geram concomitantes divergências em relação aos focos-referenciais das anteriores convergências, assim como todas e quaisquer divergências (em relação a focos-referenciais anteriores de convergências) tendem a gerar novas convergências, e assim por diante.**

Isso, desde que se tenha em mente que qualquer processo de **polarização (convergência)** para determinada direção-focal implica (natural, concomitante e inexoravelmente) alguma forma mais ou menos radical de **despolarização (divergência)** em relação a direções-focais da **polarização (convergência)** anterior, cuja lógica fundamental tem muito a ver com a supramencionada lei da **atração universal**, bem como, ainda, com o **lavoisiano “Princípio da Conservação da Massa”** (segundo o qual – em essência – **na natureza, nada se perde, nada se cria; tudo se transforma**) e a atualíssima **einsteiniana lei da relatividade**.

No que respeita a **divergências relacionais** entre as “**comunidades menores**”, como as do Jardim Sayonara, Ávila volta a observar que, de início, ela constitui o princípio motriz de todos e quaisquer desdobramentos (**despolarizações**) que ocorrem também em todos e quaisquer grupos humanos, assim como em quase tudo na natureza. Aliás, exemplo muito real e ilustrativo disso vem das abelhas (como também de formigas,

cupins, etc.): quando as unidades de espaço, organização e função das colméias-bases começam a ficar demasiadamente exíguas, as próprias colméias se mobilizam para gerar novas rainhas (com respectivos séquitos), que sempre capitanearão desdobramentos também de novas colméias.

No contexto humano, em termos de **primeira variável de despolarização** e de maneira similar ao das abelhas, há grupos-bases que também agem assim: famílias que preparam os filhos para constituírem novas famílias, organizações empresariais que se mobilizam para surgimento de filiais, e assim por diante. Entretanto, e ainda nos contextos tanto humano quanto de alguns outros animais, também a todo instante ocorre uma **segunda variável-motriz de despolarização**, em sentido oposto ao da anterior. A de os próprios membros buscarem se desdobrar (**despolarizar**) de seus grupos-bases por uma ou mais destas três razões: a) a de se acharem (perceberem ou sentirem) que seus interesses (objetivos e afinidades) são de alguma maneira tolhidos nos respectivos grupos-bases; b) a de – mesmo não se sentindo tolhidos nos grupos-bases – se julgarem aptos a ampliarem e melhorarem as situações espaciais, organizacionais e funcionais de seus objetivos e afinidades em grupos ou comunidades mais específicas; c) a dos desdobramentos que acontecem por explícitas ou implícitas discordâncias (desacordos) comportamentais, culturais, ideológicas, religiosas, políticas (estas quatro últimas bem típicas dos seres humanos), e congêneres.

E o surgimento das “**comunidades menores**”, no seio da “**grande comunidade**” do Jardim Sayonara, não fugiu a essas variáveis. À medida que a “**grande comunidade**” começou a se organizar e funcionar em torno dos seus principais e abrangentes objetivos (os de, primeiro, garantir a permanência na área invadida e, segundo, conseguir condições minimamente decentes de moradia para todos os ocupantes dessa área), **começaram os processos internos de despolarizações-divergentes de segmentos da “grande comunidade” e das conseqüentes repolarizações-convergentes para interesses (objetivos e afinidades) de grupos ou “comunidades menores”**, como visto pela ilustração gráfica no final do anterior subitem 4.1.

Ademais, e de acordo com todo o trabalho de campo da pesquisa, as razões que mais pareceram influenciar a ocorrências dos desdobramentos comunitários menores, no Jardim Sayonara, foram: as dos Grupo de Jovens, Time de Futebol, Grupo de Mulheres e Clube de Mães, em relação à anterior **letras b**; e as dos Grupos Religiosos (Igreja Católica e 2 Igrejas Evangélicas), no tocante à **letra c** (vez que a Associação de Moradores se ocupava dos interesses básicos/comuns de toda a “**grande comunidade**”).

E o **interessante**, no contexto estudado, é que até mesmo as **divergências (despolarizações) discordantes** entre as “**comunidades menores**” religiosas (Igreja Católica e 2 Igrejas Evangélicas, por exemplo) não implicaram **despolarização ou divergência** em relação aos interesses maiores e comuns da “**grande comunidade**”. Pelo contrário, o que se constatou foi justamente que a diversificação e o dinâmico funcionamento dessa dialética divergente-convergente, no seio da “**grande comunidade**” estudada, não só propiciaram o surgimento das já mencionadas “**comunidades menores**” como também vêm induzindo a formação da cultura de comunitarização para outros interesses e iniciativas tanto do bairro (enquanto “**grande comunidade**”) quanto de seus desdobramentos e subdesdobramentos em mais e diferentes tipos de “**comunidades menores**”.

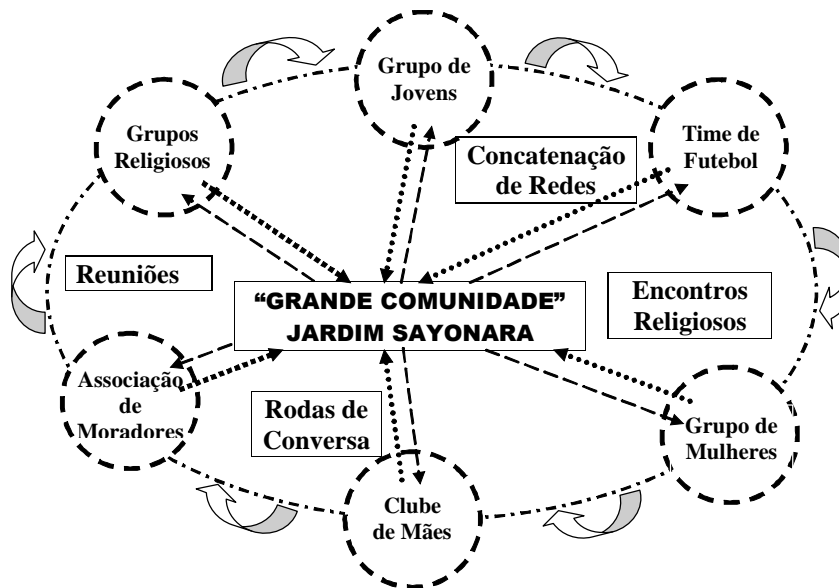
Essa dialética, ao mexer com **interesses e relações interpessoais divergentes-convergentes** (e vice-versa), acaba provocando a emersão de movimentos e eventos interativamente dinamizadores das macro e microvivências comunitárias, a exemplo da velha imagem da irradiação de ondas quando se joga pedra no lago: se apenas uma pedra é jogada, a onda circular se espalha, mas logo perde força e se esvai; no entanto, se pedras são sucessivamente jogadas, novas ondas se formam, se encadeiam e impulsionam as já em movimento, ganhando sempre mais volume, força, dinamismo, profundidade e amplitude.

No caso da próxima ilustração gráfica (complementar à mostrada em 4.1), os aludidos movimentos e eventos, observados à época da pesquisa, se configuraram como **Reuniões, Rodas de Conversa, Encontros Religiosos e Concatenação de Redes**: esta, aqui entendida

como esforço de sintonização das diferentes “**comunidades menores**” para interesses comunitários comuns e/ou mais abrangentes, inicial e principalmente destacada por decisiva contribuição mediadora inicial dos religiosos católicos atuantes na localidade.

Então, no caso específico do Jardim Sayonara, os desdobramentos em “**comunidades menores**” ao invés de só se constituírem confrontos relacionais, também e de fato

implementaram e melhoraram suas potencialidades de **comunitarização** (pelo menos **no nível gregário**, como se verá à frente) inclusive para interesses e objetivos maiores que os de cada grupo em particular. É o que, nesta ilustração (com mais elementos acrescentados aos já existentes na anterior, no final do subitem 4.1), se visualiza pelas respectivas setas convergentes no sentido da “**GRANDE COMUNIDADE**”:



Trata-se, pois, de potencialidades muito importantes, visto que, pelos estudos realizados nos quatro anos de vigência do Projeto de Pesquisa “Essência Constitutiva de Comunidade no Prisma do Desenvolvimento Local” (mencionado na Introdução), a **implementação do Desenvolvimento Local implica necessário e constante processo de comunitarização convergente para as finalidades específicas desse tipo de desenvolvimento associativo-cooperativo.**

Mas, por esses mesmos estudos, duas constatações vieram à tona. Primeira, a fenomenologia do processo de **comunitarização**, para qualquer finalidade mobilizatória, pode se delimitar por **dois níveis de mobilizações** objetivadas: **o da coesão gregária e o da coesão solidária.** Segunda (e por questões de explícitas e assumidas ciência, consciência, adesões e compromissos simultaneamente pessoais/comunitários), **só o nível da coesão gregária não basta** para a formação e geração dos vínculos culturais e operacionais da mobilização associativo-cooperativa reque-

rida para que cada comunidade-localidade se alce da tradicional dependência de **mero-objeto** para a emancipatória performance de **sujeito/a** do seu próprio processo de desenvolvimento. E é sobre isso que, a seguir, se conversa um pouco mais.

3.3 Sobre coesão gregária, coesão solidária e comunitarização para Desenvolvimento Local

De início, convém observar – frisa o co-autor Ávila – que o título em questão implica e requer explicitação pelo menos destes **sete principais conceitos**, referentes a fenômenos mobilizadores de pessoas: **gregariedade, solidariedade, coesão, coesão gregária, coesão solidária, comunitarização e Desenvolvimento Local** (este já enucleado lá atrás, em 3-b.2).

Então, no que respeita aos seis conceitos restantes, e reproduzindo formulações já publicadas pelo co-autor Ávila:

a) Diferenciação básica entre gregariedade e solidariedade:

[...] o ser humano é essencialmente gregário mas apenas periféricamente solidário. A essencialidade gregária lhe é conferida pelo instinto de preservação e autopreservação da espécie, ao passo que a solidariedade se lhe afigura como fenômeno residual, resultante da intuição (em estado mais primitivo) e do raciocínio analítico (em estágios mais avançados), sobre a necessidade e/ou conveniência de se estender aos “outros” aquilo que extrapola pelo menos os limites mínimos da autopreservação individual”. (ÁVILA, 2000b, p. 117).

b) Gregariedade:

[...] a gregariedade é impulsiva diante de qualquer ameaça ou até interesse de autopreservação: vários se unem, quando se trata de união voluntária ou instintiva, mas cada um [também] com o objetivo ou impulso de se preservar. [...] A gregariedade sem solidariedade foi sempre a “razão” de todas as guerras, de todos os conflitos, de todos os desentendimentos, de todos os descalabros ecológicos e do próprio subdesenvolvimento [...] (ÁVILA, 2000b, p. 117-118).

c) Solidariedade:

[...] representa o estado de ânimo (impresões, crenças e convicções) que gera volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação (nos âmbitos de uma pessoa para com outra, de um grupo para com outros, dos membros de um grupo para com todo o grupo ou de membros para com membros do mesmo grupo [...]). (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 41-42).

d) Coesão:

[...] se caracteriza pela real concretização do estado de mobilização e cooperação de um grupo de pessoas, pequeno ou grande [...]. (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 42).

e) Coesão gregária:

[...] a que se efetiva com base em impulsos instintivos (ou algo bem próximo de sentimentos, interesses e finalidades primários-comuns) de autopreservação e/ou conservação de todo o grupo ou de parte dele, [...]. (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 42).

f) Coesão solidária:

[...] resultante de volitivos, afetivos e efetivos laços de mobilização e cooperação [...] para

cuja formação [...] boa dose de idealismo altruísta se soma a sentimentos, interesses e finalidades comuns, conferindo à união do grupo significância e relevância social que transcendem as imputadas aos esforços e dispêndios individuais implicados. (ÁVILA; CAMPOS; ROSA; FERRO; PAULITISCH, 2001, p. 42-43).

g) Comunitarizar/comunitarização:

Embora ainda não constantes de nossos léxicos, o verbo **comunitarizar** e o derivado substantivo **comunitarização** vêm assumindo importância cada vez maior no contexto do Desenvolvimento Local, pelos motivos de que:

- primeiro,

[...] inexistem comunidades-prontas para DL, valendo dizer que mesmo os agrupamentos humanos que se configurem como “comunidades”, em razão de determinados critérios e situações de reciprocidades interativas, só decolarão na rota do Desenvolvimento Local se movidos por processo de constante autocomunitarização para DL. (ÁVILA, 2008, p. 88);

- segundo, a implementação das lógicas referenciais do DL implica permanente formação comunitário-cultural tanto para entendê-las, desvinculadamente de qualquer conotação assistencialista, quanto para assumi-las endógena e operativamente como coisas próprias (portanto, não impingidas de fora para dentro) de cada comunidade-localidade que as adote.

Mas, continua Ávila, a significação do verbo **comunitarizar** (que também se substantiva em **comunitarização**) no contexto do **Desenvolvimento Local**, pode ser combinada dos sentidos destes três termos, já devidamente dicionarizados (MICHAELLIS, 1998, p. 550 e 1191): a) “**Comunidade** [...] 3 *Sociol* Agremiação de indivíduos que vivem em comum ou têm os mesmos interesses e ideais políticos, religiosos etc. [...]”; b) “**Comunitário** [...] Designativo da formação dos povos, em que prepondera o sentimento de comunidade.”; e c) “- *izar suf* (*gr - ízein, pelo lat - izare*) Forma verbos que indicam idéia de [...] converter, tornar [...]”.

Nesta mesma matéria já se fez referência, várias vezes, aos fluxos relacionais compreendidos nas tramas vivenciais de determinada “**comunidade**” (principalmente no que respeita a processo de equilíbrio entre

relacionamentos primários e secundários). No entanto, ainda faltava explicitar as significações conceituais básicas de **comunitarizar** e **comunitarização (no contexto de DL) para mobilizações nos limites dos níveis tanto gregário quanto solidário**, como anunciado no parágrafo anterior a este subitem 4.3.

Então, nos limites gerais do **nível gregário de mobilização**, esses dois termos têm os sentidos de: **agremiar** (se referir a **comunitarizar**) ou **agremiação** de (no caso de **comunitarização**) pessoas, instintivo-impulsivamente, para tornarem comuns vivências, interesses e ideais imediatos, relacionados com preservação e autopreservação coletiva e individual, principalmente em situações de fortes ameaças, agudas necessidades e/ou intensas comoções no horizonte existencial do grupo envolvido.

Já os mesmos vocábulos, nos limites do **nível solidário de mobilização para Desenvolvimento Local** (de acordo com o “núcleo conceitual” lá no item 3-b.2) significam: **agremiar** (se comunitarizar) ou **agremiação** de (se comunitarização) pessoas para converterem (afetiva, efetiva, associativa, cooperativa e produtivamente) interesses, ideais, princípios, objetivos, metas e/ou iniciativas geradoras e implementadoras de sadio e equilibrado desenvolvimento (no seu âmbito de existência humano-ambiental, assim como nas perspectivas de curto, médio e longo prazos) em saberes, vivências e compromissos comuns, visando à contínua formação educativo-cultural para, de um lado, a equanimidade compreensivo-contributiva de termos e propostas objetivadas e, de outro, tornar os membros do conjunto agremiado capazes e competentes de assumirem e ativarem responsabilidades no processo de desenvolvimento comunitário-local em que se envolvam.

E quando se quiser destinar esta conceituação a outras finalidades de mobilização (que não a do Desenvolvimento Local), sem precisar mexer integralmente em seu teor, basta ajustar as terminologias designativas dessas finalidades nos espaços gráficos em que se localizem.

A diferenciação fundamental entre as duas categorias de conceituação, acima, pode ser facilmente percebida. **Nos limites gerais do nível gregário de mobilização, o processo de comunitarizar/comunitarização** pode: primeiro, ser incentivado de fora, ou seja, alguém (por exemplo, religioso, político ou qualquer outro agente social externo) vai *abrindo os olhos* das pessoas para que elas se unam e reajam a situações que as oprimam; e, segundo, brotar das próprias premências por meio de alguma liderança interna ou, comparativamente: quando o vento sopra forte e se debate com obstáculos que o fazem circular em terreno pulverizado, *redemoinhos* emergem sem que se necessite de ventiladores externos; a premência mesma pode tornar-se força gravitacional para a **comunitarização**.

Já a mobilização nos limites do nível solidário para Desenvolvimento Local requer muito mais ciência, consciência, afeição-constructiva, alteridade e compromisso das próprias pessoas envolvidas. Neste caso, os *redemoinhos* sempre precisam ser provocados e alimentados por agentes internos e externos (sobretudo **agentes de DL**), sem tréguas e para horizontes que vão muito além das fronteiras instintivo-impulsivas da preservação ou autopreservação, no âmbito da mobilização gregária.

Nos limites do nível solidário de mobilização para DL, os entendimentos e consensos se tornam muito mais complexos e difíceis, porque o contexto e os posicionamentos pessoais são fundamentalmente diferentes daqueles do nível gregário. Neste, a premência da comoção ou emergência *desarma* as pessoas, que buscam o processo de agremiação ou agrupamento tanto por encaminhamentos e soluções quanto porque esse tipo de coletivização também – e muito fortemente – funciona como **abrigo** ou **refúgio compartilhado**, em virtude dos impulsos de **gregariedade** que, em termos de Ecologia Humana, começam a fluir desde a fase pré-sociológica da competição biótica pela existência. Tal competição se inicia com características ecológicas idênticas às que ocorrem com plantas e outros animais (PIERSON, 1968, p. 111 e 113-114), só se diferenciando depois, quando entra em cena a própria dinâmica sociológica humana.

Aliás, no livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, Bauman (2003) destaca a idéia de que, na base da existência humana, a **comunitarização** se move pelo **imaginário da “comunidade” como ambiência de refúgio** “[...] que produz uma ‘sensação de aconchego’”. No entanto, logo de início Bauman ressalta sua opinião sobre esta fundamental diferença: em ideário de “comunidade imaginária” se aspiram proximidade, apoio e proteção, enquanto que, na concretude de uma “comunidade real”, proximidade, apoio e proteção custam o preço da submissão à coletividade, por significativa restrição a liberdades individuais.

Mas, **no nível solidário de mobilização para DL, os contextos são ou se tornam diferentes: são diferentes**, quando o surgimento do processo de **comunitarização** visa diretamente o DL; **tornam-se diferentes** se o início desse processo acontece em momentos de comoção ou emergência (portanto, lá nos horizontes da **gregariedade mobilizatória**) mas se evolui progressivamente para os limites da **comunitarização solidária para DL**, o que é perfeitamente possível sobretudo em se tratando de DL relacionado com “comunidades” de origens carentes ou periféricas.

[E aqui se abrem colchetes para enfatizar três lembranças: **primeira**, o DL não é coisa só de “comunidades” pobres, periféricas ou carentes; **segunda**, o DL é, sim, coisa de “comunidades definidas” com tudo o que elas abranjam (pobrezas, riquezas e não importa quê mais); **terceira**, “AFINAL DE CONTAS E SOCIOCULTURALMENTE FALANDO, QUANDO E ONDE RIQUEZA SE TORNOU SINÔNIMO DE DESENVOLVIMENTO E RICO DE DESENVOLVIDO?” (ÁVILA, 2006, p. 60)].

E os ser ou tornar-se diferentes, acima, não dizem respeito só às mencionadas (no penúltimo parágrafo) **ciência, consciência, afeição-constructiva, alteridade e compromisso das próprias pessoas envolvidas**. A estas complexidades, acrescenta-se a da permanente latência de **irrupções conflituosas** entre os membros agremiados. Isto, pela ine-

quívoca razão de que (além das necessárias **operações-tapa-buracos** de sobrevivência, típicas principalmente da fase **gregário-mobilizatória**, de alguma forma conectada a comoções e/ou emergências) o DL se projeta planejadamente para dimensões futuras de interesses e conquistas. E é, sobretudo, nesses momentos estratégicos de debates e acertos que emergem conflitos referentes tanto a maneiras de pensar e agir quanto a concorrências também de interesses e caprichos, até mesmo das alçadas pessoais ou de grupos ávidos por proveitos próprios.

Portanto, o maior desafio em relação a tudo o que mais exija **alerta, nesse processo de comunitarização**, talvez consista em não deixá-lo paralisar-se por exposição e contaminação continuadas a climas interno e externo de desconfiança. Se persistentes, esses climas desarticulam, solapam e implodem qualquer processo de comunitarização para DL. Daí se destacar, no conceito de **comunitarizar/comunitarização** lá atrás, a importância da **continua formação educativo-cultural explícita e especificamente para DL**. Essa continuidade de formação-específica também se estende indispensavelmente a quantos se envolvam em agenciamento de DL: “[...] que os *Agentes de Desenvolvimento Local* se insiram, com o passar do tempo, em contexto mais abrangente e capilarizado de *formação e educação* comunitário-local para essa nova perspectiva de desenvolvimento [...]” (ÁVILA, 2006, p. 94).

É por aí que as pessoas em dinâmica de **comunitarização** se tornam aptas a discernir e relevar conflitos e equilíbrios entre estas **duas categorias dimensionais**: a dos **interesses-coletivos** e a dos **interesses-individuais**. Do contrário, tudo irá bem até os limites do nível gregário de mobilização, mas tenderá a se descambar quando começar a percorrer os degraus da comunitarização solidária para DL, esta mais exigente de capacidades humanas de diálogo, assim como de negociações e partilhas de responsabilidades de toda ordem.

Nesse sentido, não se precisa campear exemplos em outros países ou até mesmo longe do alcance de nossa real vivência, mas o caso – abaixo – narrado por Fernando Cardenal (1994), referindo-se a projeto em área da reforma agrária sandenista

nicaragüense, ilustra muito bem a situação de nocivo **conflito entre as aludidas duas categorias de interesses**:

Um de nossos primeiros projetos, o realizamos com um grupo de mulheres. Começamos alfabetizando-as e, pouco a pouco, puderam ir superando sua desconfiança, nelas mesmas e em sua capacidade de produzir eficazmente. Depois de todos os estudos necessários, decidiram que trabalhariam com uma granja de criação de porcos. Receberam capacitação: da alvenaria, para que elas mesmas construíssem a cobertura para os porcos, até o cuidado com a saúde dos animais. Tudo ia bem. Os porcos cresceram e engordaram e os venderam bem. E começou a aumentar a confiança das mulheres, tanto nelas mesmas quanto no seu retorno econômico. Mas, num aprazado dia, houve uma disputa entre elas e, como não se encontrava solução, umas poucas pegaram a parte de porcos que lhes correspondia e se separaram do grupo. Porque faltou capacidade humana de diálogo, reconhecimento dos erros cometidos, solidariedade e domínio das paixões, um grupo renunciou ao seu futuro de desenvolvimento.

Entretanto, podem-se destacar **três relevantes ênfases** quanto ao anteriormente mencionado **processo de continua formação educativo-cultural para comunitarização na perspectiva do DL**:

Primeira, a tendência de descambamento, acima mostrada e realçada pela citação, não anula ou minimiza o fato de que a ocorrência de **comunitarização** já nos limites do nível gregário de mobilização (aludido atrás) se configure como potencialidade extremamente importante para sua extensão até os limites do nível solidário de mobilização para DL.

Segunda, o que não pode acontecer é supor que só a **comunitarização** já conseguida no nível gregário seja suficiente para a seqüência implementadora do DL além das fronteiras das sobrevivências comunitário-pessoais no nível solidário.

Terceira, e conseqüentemente, a constante geração e alimentação da mencionada “[...] capacidade humana de diálogo, reconhecimento dos erros cometidos, solidariedade e domínio das paixões [...]” implica necessariamente: por um lado, a enfatizada **continua formação educativo-cultural para comunitarização na perspectiva do DL**; e,

por outro, também (segundo Fernando Cardenal, no mesmo artigo citado) que essa permanente dinamização formativa se impregne em todas as políticas e iniciativas de educação formal e informal, na condição de incessante diálogo com “[...] ‘os veios educativos’ [...] da vida mesma [...]”, inclusive de forma a se “[...] ‘educar produzindo’ ou ‘produzir educando’”.

Assim, o **que fundamentalmente se intenciona por essa contínua formação educativo-cultural** é que a decorrente e supracitada “[...] capacidade humana de diálogo [...]” se constitua indispensável lastro formativo para que os membros-comunitários se tornem aptos a endogeneizarem e exercitarem também as seguintes duas competências interativas: a) a de discernirem quais interesses coletivos e individuais são (ou não são) pertinentes, justos e compatíveis com processo de DL; e b) a de encontrarem encaminhamentos consensuais, logísticos e operacionais para que, ao invés de conflitos, confrontos e mútuas anulações entre pertinentes interesses dessas duas categorias, uns e outros se harmonizem, interativem e propulsionem (a exemplo do que faz um “motor de dois tempos”) na dialética processualística de animação evolutiva, construtiva e produtiva do próprio Desenvolvimento Local almejado.

Cabe indagar, após essas análises sobre **gregariedade, solidariedade, coesão gregária e coesão solidária** no processo de **comunitarização para DL**: como as performances de comunitarização, no âmbito do Jardim Sayonara de Campo Grande-MS, tanto as já concretamente existentes quanto as ainda caracterizadas como reais potencialidades (focadas até o final do anterior subitem 4.2), se situam no contexto dos acima focados vieses teóricos da comunitarização nos limites dos níveis gregário e solidário de mobilização?

Para facilitar e encurtar tal análise, a melhor estratégia parece ser a de desdobrá-la em dois momentos: o anterior e o posterior à explicitação dos supramencionados vieses teóricos ou, simplesmente, antes e depois – mas até aqui – da redação deste subitem 4.3.

No tocante ao momento anterior, quando se garimpam fluxos fenomenológicos de determinada “comunidade” e se desco-

brem, por um lado, a extrema precariedade de sua origem e, por outro, os reais e significativos avanços de auto-sensibilização, automobilização e auto-organização, a primeira sensação conclusiva que brota é a de entusiasmo em relação ao êxito do processo de **comunitarização** já conseguido nesse âmbito comunitário, em relativamente tão pouco tempo (no caso Sayonara, a partir de 1987, como visto no item 2). E nem é necessário que se reiterem, aqui, fatos e ilustrações a esse respeito, vez que podem ser relidos atrás, até o final do subitem 4.2.

Mas, já adentrando ao cenário do momento posterior de análise (isto é, após a explicitação dos vieses teóricos da **comunitarizar/comunitarização em níveis gregário e solidário de mobilização**, neste subitem 4.3), também se percebe que todo o exitoso processo de **comunitarização** auto-implementado no Jardim Sayonara se situava (em 2006, quando a pesquisa foi realizada) no patamar da **comunitarização ainda com características essencialmente gregárias**.

Isso, em razão de que até ameaçadores riscos comunitários continuavam a existir (caso de enchentes, por exemplo), embora muitas outras carências já tivessem sendo equacionadas pelos movimentos internos de **comunitarização**. Convém reiterar, no entanto, que tais movimentos não emergiram por geração espontânea. Foram inicialmente despertados com a ajuda de agentes-externos, no começo os religiosos e em seguida também os municipais, estes a partir de aproximadamente seis meses da ocupação da área, dado que até então a ameaça de retirada das famílias invasoras vinha de própria Prefeitura, como registrado principalmente nos anteriores itens 2 e 3.

Mas, quanto à **comunitarização nos limites do nível solidário para DL**, importantes depoimentos de agentes internos denunciaram a existência daquilo que (à época da investigação de campo no Jardim Sayonara) foi interpretado como **situação de dormência**. Tal situação assim se caracterizou pela inexistência de motivação, em significativa parcela de moradores, quanto a engajamentos em novas mobilizações para conquistas comunitárias. Segundo os depoentes, esses moradores atribuíam à exclusiva competência dos órgãos públicos (sobretu-

do municipais) tanto a promoção quanto a elevação da qualidade de vida de todos os munícipes.

Tal interpretação ensejou o entendimento de que, até então, a “comunidade” Sayonara não havia se apropriado de seus destinos e, conseqüentemente, de suas capacidades e competências tanto de *digerir* e *metabolizar* quanto de prover e implementar seus rumos e dinâmicas de desenvolvimento comunitário-local. **Permitiu interpretar, portanto, que o processo de comunitarização, já bastante adiantado e exitoso nos limites do nível gregário de mobilização (pelas análises anteriores deste item 4), ainda não se estendera decisivamente aos limites do nível solidário, requerido pelo Desenvolvimento Local, embora já se configurasse como importante potencialidade-básica para tanto.**

Mas há esperança de que o processo de **comunitarização** nos limítrofes Jardins Aeroporto e Sayonara recebam mais incentivos e investimentos externos. Trata-se do **Projeto Urbanístico Imbirussu/Serradinho** (inserido no **Plano de Desenvolvimento Local Integrado da Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS**), já em implementação, que objetiva melhorias infra-estruturais e urbanísticas, como a capacitação de líderes comunitários e de grupos de produção, a construção de espaços físicos e equipados para a comercialização da produção local e o exercício do lazer coletivo das populações aí residentes, dada a inexistência de tais espaços em toda a região. Esse Projeto se originou de aporte financeiro do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, através do Ministério das Cidades, e sua implementação conta com as parceiras lideranças dos Presidentes da Associação de Moradores do Jardim Aeroporto e da Associação de Moradores do Jardim Sayonara.

Importa observar, ainda e como aludido anteriormente, que a Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS se valeu desse mesmo Projeto para remanejar, no final de 2006, 107 famílias do Jardim Sayonara para o Jardim Aeroporto. A exemplo do que se referiu a desmembramentos comunitários no subitem 4.2, esse remanejamento de famílias também se caracterizou como **despolarização**, só que excepcionalmente por iniciativa

de agência externa – a Prefeitura – e não das próprias pessoas envolvidas, como lá se focou.

Embora não se tenha se estendido a pesquisa ao remanejamento dessas famílias, o que se presume é que a vivência anterior (para os primeiros passos do processo de comunitarização no Jardim Sayonara, ainda que de cunho eminentemente gregário) lhes haja propiciado potencialidades de mobilização para organização e implementação da vida comunitária outra vez recomeçada no Jardim Aeroporto. Entretanto, é de se ressaltar que o recomeço dessas 107 famílias contou com condições iniciais muito positivas, visceralmente diferentes daquelas do Jardim Sayonara, visto que, graças ao mencionado **Projeto Urbanístico Imbirussu/Serradinho**, o traslado já ocorreu com a existência de várias benfeitorias infra-estruturais: unidades habitacionais, Centro de Educação Infantil, sede da Associação de Moradores, área de lazer coletivo, quadra de esporte, Centro de Referência de Assistência Social, bem como asfalto e abrigos na linha de ônibus.

Mesmo assim, informações posteriores aos trabalhos de campo desta pesquisa já apontavam para a seguinte estratificação dessas mesmas famílias. Uma parte delas apenas deslocou endereço e maneiras de agir para a configuração de seu novo território urbano. Mas, quanto à outra parte, as famílias mudaram também seus próprios objetos e enfoques de lutas territoriais, tornando-se membros de grupos organizados de “Sem Terras” e respectivos acampamentos, talvez até inspiradas no caso do primeiro Presidente da Associação de Moradores do Jardim Sayonara, que, à época, já tinha seu terreno com casa no bairro, mas trabalhava no campo, em área de assentamento previamente regularizado.

Enfim, quanto a Projetos como o Urbanístico Imbirussu/Serradinho e quaisquer outros investimentos externos relacionados com DL: QUE SE TORNEM SIMULTANEAMENTE OPORTUNIDADES E MEIOS OPERACIONAIS DE PROMOÇÃO, NAS COMUNIDADES-LOCALIDADES A QUE SE DESTINEM, DA ANTERIORMENTE ENFATIZADA CONTINUA FORMAÇÃO EDUCATIVO-CULTURAL PARA

COMUNITARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL. Do contrário, correrão o sério e grave risco de funcionarem como impulsores dessas comunidades para a *areia movediça* da dependência ao assistencialismo, este essencial e criminosamente inibidor – na maioria das vezes até mesmo assassinator – de capacidades e iniciativas locais de desenvolvimento.

4 Destaques rememorativo-conclusivos

Em prisma retrospectivo, **os seguintes três destaques merecem especial atenção** pelas relevâncias de suas influências no processo de participação mobilizatória para comunitarização, nos termos da pesquisa a que todo este texto vem se referindo:

Primeiro, o do próprio contexto de precariedade e risco que marcou a história do Jardim Sayonara, desde o seu início, por convivência com duplas frentes de ameaças vitais: por um lado, a da pobreza somada aos perigos impostos pela natureza (sobretudo enchentes, lembrando que esse bairro se formou às margens dos Córregos Serradinho e Imbirussu) e, por outro, a da tentativa inicial de o próprio poder público municipal retirar a população dessa área, não só perigosa como também ocupada à maneira de *invasão urbana*.

Segundo, o da mediação orientadora de religiosos. Lá no parágrafo 19 do item 3, atrás, registrou-se que houve “[...] mobilização da igreja na organização urbana” [...]. O posterior parágrafo 21, de modo mais explícito, assim se refere à dinâmica de implementação do processo de participação no seio da “grande comunidade” do Jardim Sayonara: “[...] cumpre ressaltar que as iniciativas de ‘participação e desenvolvimento’ não aconteceram de um dia para o outro: começaram aos poucos [...]. E os passos iniciais foram dados por orientações de religiosos atuantes no bairro.” Já o seguinte parágrafo 28 registrou a ênfase de que “De acordo com depoimentos dos líderes e agentes externos entrevistados, os membros da igreja católica atuaram junto à população do bairro como semeadores e fomentadores dessa dinâmica de ‘comunitarização’”. Trata-se de observações extremamente importantes, porque os religiosos que entenderem o significado de

participação/comunitarização no contexto do DL (da mesma forma que as significações teóricas e metodológicas do próprio Desenvolvimento Local, como “nucleado” no anterior item 3-b.2), por um lado perceberão sua perfeita compatibilidade com os princípios básicos de todas as dimensões da pastoral sócio-religiosa cristã, islâmica, budista, etc., e, por outro, prestarão inestimável contribuição ao processo de endogeneização dessa modalidade de desenvolvimento em todas as comunidades-localidades a que dedicarem seus serviços pastorais.

Terceiro, o da inversão postural dos agentes da Prefeitura Municipal. Frisou-se, ainda nos anterior item 3, que inicialmente a Prefeitura de fato ameaçou retirar a população da área. Entretanto, depois da audiência em que o Prefeito Municipal garantiu que todos os moradores “[...] ficassem tranquilos, pois ninguém os tiraria de lá” e, continua o parágrafo 24: “[...] após seis meses da ocupação, postes de madeira para a energia elétrica foram instalados, seguidos de água encanada e, posteriormente, de visita a cada mês dos representantes da prefeitura”. Ainda, por outros depoimentos, essa contínua postura dialógica entre a Prefeitura e a “grande comunidade” do Jardim Sayonara continuou a se materializar e fortalecer inclusive pela efetiva participação dos líderes locais no respectivo Conselho Regional Urbano.

Referências

ÁVILA, Vicente Fideles de. “Paciência”, capitalismo, socialismo e desenvolvimento local. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande-MS: PPMDL/ UCDB, v. 9, n.1, p. 85-98, mar. 2008.

_____. *Cultura de sub/desenvolvimento e desenvolvimento local*. Sobral-CE: Edições UVA (Universidade Estadual

Vale do Acaraú), 2006.

_____. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *INTERAÇÕES - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande: MDL/ UCDB, n.1, p. 63-75, set. 2000a.

_____. *A pesquisa na vida e na universidade*. 2. ed. Campo Grande-MS: UFMS/UCDB, 2000b.

ÁVILA, F. A.; CAMPOS, I. M. M.; ROSA, M. W. C.; FERRO, F. F. C.; PAULITISCH, R. J. *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos*. 2. ed. Campo Grande-MS: UCDB, 2001.

BAUMAN, Sygmunt. *Comunidade: a busca por segurança*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 45-69.

BORDENAVE, Juan Diaz. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, v. 95).

CARDENAL, Fernando. La renovación necesaria: desarrollo humano. *ENVIO - Revista (Digital) Mensual de Análisis de Nicaragua y Centroamérica*, Managua-NI: Universidad Centroamericana, octubre/1994. Disponível em: <<http://www.envio.org.ni/articulo/891>>. Acesso em: 4 nov. 2008.

COELHO, Ione de Souza. *Participação e Desenvolvimento Local em realidade societária de risco: o caso do Jardim Sayonara de Campo Grande-MS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS.

DIAS, Genebaldo Freire. *Populações marginais em ecossistemas urbanos*. 2. ed. Brasília: IBAMA, 1994.

MASINI, Elcie F. Salzano. Enfoque fenomenológico de pesquisa em educação. In: FAZENDA, Ivani C. Arantes (org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999. p. 61-67.

MICHAELLIS. *Moderno dicionário da língua portuguesa*. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

PIERSON, Donald. *Teoria e pesquisa em sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

TIMASHEFF, Nicholas S. *Teoria sociológica*. Trad. Antônio Bulhões. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

